

A grande imprensa de São Luís e o golpe empresarial-militar de 1964

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹

RESUMO: Levando em consideração a difusão dos estudos sobre a História do Brasil Contemporâneo, em especial sobre os anos da ditadura, este trabalho examina a ressonância do golpe de 1964 na imprensa ludovicense. Seguindo esta inclinação, o presente artigo visa analisar o posicionamento institucional dos principais jornais da capital maranhense nos dias que antecederam e precederam a ofensiva golpista que destituiu do poder o então presidente João Goulart. Tomando por base as formulações teóricas elaboradas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, os jornais locais serão pensados enquanto aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil.

Palavras - Chave: João Goulart; Golpe; Ditadura.

ABSTRACT: Considering the diffusion studies on Contemporary History of Brazil, especially the years of dictatorship, this work examines the resonance of the 1964 coup in ludovicense press. Following this tilt, this article aims to analyze the institutional positioning of the leading newspapers of the capital of Maranhão in the days before and leading up to the coup that ousted offensive power then president João Goulart. Based on the theoretical formulations developed by the Italian philosopher Antonio Gramsci, local newspapers will be thought of as private apparatus of hegemony in contention for hegemony within civil society.

Key - Words: João Goulart; blow; Dictatorship.

1. Introdução

O estudo da história do tempo presente no Brasil é algo ainda bastante delicado e suscetível a inúmeras críticas, haja vista que investigar determinados assuntos e traçar qualquer tipo de análise, levando em consideração o aspecto inquietante de lidarmos com problemas do nosso dia a dia, de trabalharmos temas históricos em que diversos atores de grande relevância ainda estão vivos, requer enorme esforço e competência.

Com a ditadura militar no Brasil não é diferente, em especial o golpe no qual deu início a um regime que durou 21 anos, e marcou de maneira funesta a história do nosso

¹ Graduando do 8 Período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea - NUPEHIC/ UEMA. Bolsista FAPEMA pelo projeto *Publicizando o Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-1985)*, coordenado pela Prof.Dr Monica Piccolo Almeida (UEMA).

país. Portanto, é de suma importância atentar para o entendimento pleno desse momento de grande relevância para a história contemporânea nacional, levando em consideração a análise dos principais estudos históricos sobre esse tema.

O seguinte artigo visa contribuir com a incipiente produção historiográfica maranhense relativa a História Contemporânea do Brasil, em especial sobre o golpe empresarial-militar de 1964 e os anos de ditadura que se seguiram. Sendo assim, torna-se de suma importância analisar a ressonância desses fatos históricos no Estado do Maranhão.

Logo, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o posicionamento institucional da grande imprensa de São Luís em relação ao golpe que destituiu o então presidente João Goulart. Para isso, serão analisados os editoriais e/ou matérias contidos nos principais periódicos da capital maranhense em circulação na época.

2. Gramsci: os meios de comunicação e a luta por Hegemonia.

Como balizamento teórico desta pesquisa temos as elaborações formuladas pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Consenso, Hegemonia nortearão a pesquisa. Sendo assim, convém ressaltar a importância do debate em torno da utilização dos meios de comunicação na construção de consensos na sociedade.

O Estado ampliado, segundo Antonio Gramsci, consiste na união entre sociedade civil e sociedade política, isto é, na ampliação dos espaços de luta de classes. Assim, a sociedade civil, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (sistema escolar, meios de comunicação, partidos políticos, sindicatos, sistema jurídico, Igreja, movimentos sociais, entre outros) se constitui como espaço de hegemonia.

Logo, existe a necessidade de pensar as esferas econômicas em conjunto com as culturais e políticas, ou seja, a realidade social apresenta uma perspectiva totalizadora.

“Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 2000, p. 70).

A partir disso, é importante refletir sobre o protagonismo dos meios de comunicação na função de construção de consenso em uma sociedade. Aquilo que então é publicado nos

jornais, na ótica gramscianiana, visa reverberar os interesses das classes dominantes em detrimento das classes trabalhadoras. Isto é, os jornais assumem a função de partidos políticos, de organizadores da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classes ou por uma coalizão de classes.

É neste campo que vai existir a possibilidade de universalização de um projeto de classe, ou de frações de classe. Será na sociedade civil que as classes dominantes poderão se tornar dirigentes, isto é, quando elas se tornam núcleo do Estado restrito. Partindo desta perspectiva de meios de comunicação, apresentados aqui como aparelhos privados de hegemonia, que vamos problematizar sobre a função dos jornais durante o governo de João Goulart e, principalmente, sobre as interpretações a respeito do golpe empresarial militar de 1964.

3. Perspectivas historiográficas do golpe e a afirmação "Empresarial-Militar"

Os primeiros estudos relacionados à ditadura, advindos da ciência política e do jornalismo, a princípio, adotaram como classificação da ofensiva político-militar de 1964 e o regime que se seguiu como ditadura-militar. Essa concepção se tornou bastante comum na academia e sociedade desde os anos 1980.

No entanto, desde os anos 2000, uma denominação ganhou espaço no campo historiográfico. A classificação "civil-militar" para o golpe e ditadura, nascida ainda na década de 1980 com a obra de René Dreifuss *1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*, ganha projeção apenas na virada do século, procurando destacar o papel de setores civis na articulação do golpe e da ditadura seguinte.

Dreifuss trabalha o complexo Ipes/ Ibad como explicação para o processo de derrocada do governo Goulart, e de a instauração do regime civil – militar. O perfeito trabalho empírico, mostrando claramente as pessoas que trabalhavam nessas agências e que também iriam fazer parte da ossatura material do Estado no governo.

Para o historiador “o Ipes foi capaz de terminar sua campanha complexa e cuidadosamente elaborada para depor Goulart com a ocupação vitoriosa de posição – chave da política e da administração, realizando uma profunda mudança no regime.”

Com isso, pode ser comprovado que os ativistas desse complexo acabaram por capitanear o processo de formulação de diretrizes, além de constituírem os papéis centrais

nas decisões a serem tomadas, já que esses colaboradores moldaram o sistema financeiro e assumiram as principais pastas governos e órgãos públicos administrativos.

Ao analisar algumas das principais obras sobre a ditadura, podemos perceber que ainda existe uma tendência que busca personalizar a história do regime, não é raro identificar na direita (que via no Goulart um demagogo e corrupto) e na esquerda (a qual apontava Jango como um burguês de massa vacilante) a problematização exclusiva do comportamento e da personalidade de João Goulart para explicar o golpe de 1964. Assim, partindo de um panorama tradicionalista, o regime instaurado na década de 1960 “teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo.”

Além dessas explicações, temos também interpretações voltadas para as grandes estruturas, compreende o golpe enquanto consequência do colapso do Populismo, seus principais representantes são Octávio Ianni, Guilherme O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso. Eles defendiam, respectivamente, que o golpe resultou da crise do modelo agroexportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista em aliança com as empresas estrangeiras; a aproximação entre industrialização e autoritarismo; e a necessidade de regimes autoritários para gerir esse processo de acumulação de capital.

É sabido que a adoção do termo "civil-militar" foi uma avanço no que tange às denominações "ditadura militar" e "regime autoritário", porém essa classificação, no que tange ao campo historiográfico, mostra-se com relativa insuficiência teórica. Atribuir a participação de militares e não militares em uma ação de combate ao comunismo ainda se apresenta de forma bastante mítica e favorável ao discurso dos militares e do campo do revisionismo historiográfico sobre os estudos sobre a ditadura.

Essa noção, segundo Demian Bezerra de Melo em artigo intitulado *Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente* "naturaliza uma visão corporativista dos militares sobre a sociedade" (uma visão de extrema separação entre civis e militares).

A necessidade de uso da denominação "empresarial-militar" se dá pelo profundo teor classista existente no golpe de 1964 e do regime que entrara em vigência a partir dali. Perceber que grandes grupos econômicos, sejam na construção civil (Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez), indústria pesada (Gerdau e Votorantim), setor financeiro (Itaú e Bradesco) e das comunicações (Globo, Grupo Folha, Veja) enriqueceram como nunca no período do "milagre econômico" (coincidentemente o auge da repressão ditatorial) é muito

importante para compreendermos as razões golpe, da ditadura, e da redemocratização tutelada.

O processo de privatização iniciado ainda no governo do ditador João Batista Figueiredo, a presença de membros da Escola Superior de Guerra no processo de condução política para a democracia são mais do que provas de existe importância em qualificar os "civis". Banqueiros, ruralistas, industriais, grandes conglomerados das comunicações que participaram da elaboração de um projeto político-ideológico e que conduziram uma insurreição contrarrevolucionária dos setores dominantes da sociedade brasileira.

4. A grande imprensa nacional e o fantasma do comunismo

Desde de sua posse em 8 de agosto de 1961, em meio a uma grave instabilidade política oriunda da renúncia de Janio Quadros ao cargo de presidente da república, João Goulart passou a enfrentar forte crise político-militar que foi amenizada com a adoção do parlamentarismo. Sua intensa ligação com as classes trabalhadoras (Jango havia sido ministro do trabalho de Getúlio Vargas), e suas propostas reformistas como o Plano Trienal e as Reformas de base, logo o tornaram alvo das classes dominantes do país.

O receio por parte dos grupos conservadores, do capital estrangeiro, e de parte da classe média brasileira de que o Brasil viesse a se tornar um país influenciado pelo comunismo acabou por atribuir o governo de João Goulart. Portanto, é neste contexto que os jornais impressos dos principais centros do país vão ter grande papel nos embates de projetos políticos-ideológicos que perpassavam no país.

Durante o governo Goulart a imprensa teve protagonismo na divulgação do fantasma do comunismo, da explicitação de uma caos administrativo, e da necessidade de restabelecimento da ordem a partir de uma ação militar. A forte politização adquirida pelas classes trabalhadoras e pelos grupos subalternos das forças armadas era algo que gerava muita preocupação para os segmentos dominantes da sociedade brasileira.

É possível identificar três grandes momentos de mobilização da imprensa nacional durante o governo de João Goulart. Segundo Alzira Alves de Abreu, num primeiro momento, a maioria dos principais jornais do país (*Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Última Hora, A Noite, Correio Brasiliense e Zero Hora*), respaldados em uma postura partidária, acabaram por defender a posse de Jango mediante a solução parlamentarista.

Apenas os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* se mostraram contrário a assunção do então vice presidente.

Já em um segundo momento o comportamento hegemônico da imprensa nacional foi de repúdio as ações de João Goulart, como podemos ver:

"Mas essa posição alterou-se rapidamente devido à forte radicalização política que marcou todo o governo Goulart, com uma escalada de greves, movimentos dos baixos escalões das Forças Armadas e com uma taxa de crescimento econômico em queda e elevados índices de inflação. Esse momento político assistiu também a um acirramento da Guerra Fria, o que contribuiu para exacerbar as posições ideológicas em conflito. A esses fatores se juntaram as ambiguidades do governo no encaminhamento de soluções para os problemas básicos com que se defrontava o sistema político." (ABREU, 2006, p.01)

O terceiro momento, com a Revolta dos sargentos, dá início ao completo afastamento de grande parte da imprensa do presidente João Goulart. Aceleraram-se as críticas à política de governo e a personalidade de Jango. O medo da instauração de um república sindicalista assustava a sociedade brasileira. O apoio aos sargentos, por parte de Jango, fere a tradição hierárquica da alta oficialidade nacional. Com isso, já nos idos de março de 1964, a grande imprensa clamava por uma ofensiva militar que retirasse Jango do poder.

5. A ressonância do golpe de 1964 na grande imprensa do Maranhão

A coalizão empresarial-militar responsável pela destituição de João Goulart da presidência da república precisava conquistar o consenso da sociedade brasileira a partir da liderança cultural, política e ideológica. Neste contexto, o bloco de classes que visava se constituir hegemônico a partir do golpe de 1964 necessitava atuar no campo da comunicação, da imprensa. Portanto, os jornais impressos de todo o país travariam intensas batalhas em apoio e crítica a ofensiva autoritária iniciada no primeiro dia de Abril de 1964.

No caso do Maranhão, em especial de sua capital São Luís, existiram sete grandes jornais em circulação durante o ano de 1964. *O Jornal do Dia*, *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, *Jornal Pequeno*, *Correio do Nordeste*, *Jornal do Maranhão* e *Diário da Manhã* formavam a grande imprensa escrita local. A maioria dos periódicos demonstraram bastante alinhamento aos interesses daqueles que estavam chegando ao poder naquele momento, como poderemos ver a seguir.

O jornal *O Imparcial* é um periódico de grande circulação no Estado do Maranhão, um dos poucos a funcionar até os dias de hoje. De caráter noticioso, fundado em 1º de maio de 1926, tendo J. Pires como diretor. Tornou-se, mais tarde, órgão dos Diários Associados, grande conglomerado da comunicação ligado a Assis Chateaubriand. Pires Saboia (Deputado Federal pela ARENA na legislatura de 1967-1971) foi seu diretor geral no ano de 1964.

A partir da análise de seus gestores no período do golpe de 1964, *O Imparcial*, como fica claro, apresentou-se como um jornal a serviço das classes dominantes no Maranhão, e que estavam predispostas a elaborar estratégias de argumentação e persuasão em consonância ao quadro político daquele momento.

O texto assinado por Eugenio Gudin classifica as ações do governo Goulart como prerrogativas de um "golpe branco"

"O Brasil apresenta, nos dias que ocorrem, um panorama político 'sui generis', o de um presidente substancialmente eleito por um partido conservador majoritário (PDS), que uma vez conquistado o poder, trai a plataforma com que se apresentou e os brasileiros que o elegeram, transmudando em governo revolucionário." (O Imparcial, 1º Abril de 1964)

A matéria ainda traz uma comparação entre as "intenções" que Jango teria de uma revolução comunista no Brasil com os movimentos político-militares instaurados na Alemanha de Hitler e na Cuba de Fidel Castro

O autor também ressalta a vocação da política brasileira para a instauração de "golpes brancos" (Queda do Imperador em 1889, Revolução de 1930, derrubada de Vargas em 1945). Fala-se de uma delicadeza do povo brasileiro para justificar a falta de reação da população perante importantes acontecimentos políticos. Segundo o texto, o objetivo do então presidente João Goulart era eliminar o congresso sem antes dissolvê-lo.

O jornal traz no dia 1º de abril uma matéria de capa falando da atuação de "forças democráticas", coalizão de civis e militares que participou da deposição do de Jango. O golpe é classificado como um movimento de "resgate democrático".

Outro importante periódico em circulação durante o ano de 1964 foi o *Jornal do Dia*. Jornal de caráter político. Surgiu inicialmente com colunas variadas, como: Boletim

esportivo, cinemas e teatros. Mercados e cotações, dentre outras. Teve como primeiro diretor, Arimathéa Athayde e, gerente, Renato Carvalho².

A partir de 1955, o título passou a ser *Jornal do dia: alma e pensamento da cidade*. Em 1960, inaugurou uma nova fase. Após a mudança de alguns diretores, em 1967, ficou sob a direção do senador Clodomir Millet (PSP/ ARENA-MA). Em 1969, já sob a direção do Dep. Arthur Carvalho (ARENA-MA), o jornal trazia inúmeras reportagens sobre os feitos do então governador José Sarney. Posteriormente foi substituído pelo jornal *O Estado do Maranhão*³.

Durante o primeiro mês pós golpe civil-militar o jornal do dia endossava a categoria de periódicos locais que saudavam a "Revolução Democrática" e o espírito ordeiro das forças armadas. Como exemplo disso, temos a matéria de 5 de Abril de 1964, assinada por Paulo Nascimento Moraes, e intitulada "O caminho a ser percorrido", que fala da "inauguração" de uma nova fase da vida político-administrativa do país. O jornalista ainda destaca o papel contemplador do povo brasileiro, que foi um "assistente atento" de uma "ação rápida e dominadora" das forças armadas.

"Está o país, assim nos parece, 'inaugurando' uma nova na sua vida político-administrativa. A chamada 'revolução democrática', também nos parece estar vitoriosa. Articulada pelos governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, e com apoio, que se fez logo sentir, das forças armadas, atingindo a plenitude de uma ação rápida e dominadora." (Jornal do Dia, 5 de Abril de 1964)

O *Jornal do Maranhão* era outro periódico deste grupo de jornais em favor da coalizão civil-militar golpista em 1964. Fundado por Luís Felipe Ferreira da Silva, e dirigido por Joaquim R. Mendonça Ferreira da Silva, o *Jornal do Maranhão* era de essência católica, que se dizia a serviço da família e do povo. Divulgava notícias religiosas vindas de todo o Brasil e de outros países. A partir de 1957, sob a direção do Pe. Antonio Bezerra Bonfim, o jornal diversificou-se trazendo notícias sobre política, esporte e uma coluna feminina.⁴

²SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 170.

³ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 171.

⁴ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 174-175.

Podemos notar o claro posicionamento institucional em matéria do dia 3 de Abril de 1964:

"... por que restituíram a paz e a segurança ao povo brasileiro
... porque não concordaram com a sovietação do Brasil
... porque não se conformaram com a baderna que levaria fatalmente ao caos" (Jornal do Maranhão, 3 de Abril de 1964)

Portanto, logo após o golpe, o jornal do maranhão traz matérias que criticam o diálogo entre católicos e comunistas, além de exaltar abertamente os "gorilas". Estes considerados os restituidores da paz e da segurança do povo brasileiro.

Ainda neste grupo de jornais, temos o *Diário da Manhã*. Jornal de propriedade de Newton Bello, surgido em 25 de maio de 1958. Tinha objetivo de debater os problemas que interessassem ao Estado, à sua economia e a sua política. Dizia não ser filiado a nenhuma facção política, apesar de estar claro, tratar-se de um jornal de direita, por pertencer a um integrante do PSD (Partido Social Democrático) - legenda do senador Vitorino Freire. Apesar de o grande destaque ser a política, trazia colunas literárias com José Chagas, Bernardo Coelho da Silva e Domingos Vieira Filho⁵.

Aos domingos possuía suplementos de Economia-Produção-Finanças, Páginas femininas. Nos meses de movimentação política, enfocava os candidatos do PSB e coligados. No ano de 1960, destacava-se a coluna de Nelson Rodrigues "A vida com ela é". Em 7 de setembro de 1966, mudou seu subtítulo para Nova Hora, que foi inspirado pela condição caótica que o jornal via o Maranhão, política e economicamente, mas esperançoso que tal situação pudesse mudar⁶.

Jornal de aberto apoio aos golpistas, dando ênfase aos feitos daqueles que conspiraram e instauraram um estado de exceção, mas que na percepção das matérias apenas resgataram a democracia perante a baderna vermelha. De longe, o *Diário da Manhã* foi o jornal mais expressivo no apoio aos novos donos do poder a partir de abril de 1964. Em editorial do dia 2 de abril intitulado "Nossa Posição", o diário da manhã ressalta o "alto espírito cívico e patriótico de nossas gloriosas forças armadas":

⁵ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

⁶ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

O *Correio do Nordeste* é o último daqueles jornais em circulação no Estado do Maranhão, em especial na capital São Luís, que fazia coro com as frações de classe que haviam destituído João Goulart e instaurado uma ditadura civil-militar. Periódico que se dizia independente, sem teor político-partidário, possuía colunas de informação sobre economia, política, esporte e destaque para algumas cidades do interior.

Teve com fundador Zuzu C. Nahuz, sendo o mesmo, diretor-responsável. O secretário era Alfredo Galvão e o redator, Ivaldo Guimarães Torreão. Em 1964, Amaral Rapozo passou a ser redator-chefe. Um ano depois, com a morte de Zuzu Nahuz, o periódico passou a ser de propriedade de Maria M. Torres Nahuz, e Amaral Rapozo assumiu a direção do Jornal⁷.

Em editorial do dia 5 de abril de 1964 intitulado "Benditos 'gorilas', os 'gorilas' brasileiros", exalta-se a capacidade das forças armadas brasileiras de sempre restaurarem a ordem e a segurança nacional, no entanto, o editorial destaca que os militares brasileiros se diferem dos "gorilas" latino-americanos que se instauraram no poder com intuito de se perpetuarem no mesmo.

O *Correio do Nordeste* se apresentou, durante o período do golpe civil-militar, como um jornal em prol dos interesses daqueles que chegavam ao poder, já que em várias matérias são exaltadas as benesses da dita "Revolução".

Como foi visto anteriormente, havia a necessidade da construção de um consenso na sociedade maranhense, em especial nas classes subalternas. O projeto político-ideológico que estava se tornando hegemônico naquele momento estava a serviço de frações de classes que visavam a permanência no poder em detrimento do alto nível de politização adquirido pelas classes trabalhadoras na década de 1960.

Na concepção de Antonio Gramsci, a sociedade civil é o espaço da luta de classes, da busca de aliados para os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos. Neste contexto, a imprensa, dentro do âmbito dos meios de comunicação, constitui-se como um aparelho privado de hegemonia. Assim, abriremos este espaço para aqueles jornais que procuraram seguir o caminho da crítica, do embate à ação golpista exercida em 1º de Abril de 1964.

Existiram apenas dois jornais no Estado do Maranhão que se mostraram contrários a ofensiva autoritária que inauguraria um regime de exceção no Brasil. O primeiro deles foi o

⁷ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 183.

Jornal Pequeno, o outro era conhecido como *Jornal do Povo*. Apresentaram-se assim como outra alternativa de divulgação e interpretação dos fatos ocorridos nos idos de março e abril de 1964.

O *Jornal Pequeno* nasceu em 1947, com o nome de *O Esporte*, em 1951, mudou seu nome para *Jornal Pequeno/ O Esporte*, conservando-se um jornal essencialmente esportivo. Com o passar do tempo, o jornal se tornou noticioso e crítico, passando a apresentar um panorama nacional, com pequenas notícias sobre alguns estados e colunas relacionadas a cinema, agricultura e pecuária, assim como, notícias de esporte⁸.

Com os anos, é possível perceber o caráter nitidamente político desse periódico. Diário de orientação popular, tendo como diretor José Ribamar Bogéa e gerente, Quintino Bogéa. Atualmente, permanece sendo um jornal diário com colunas diversificadas, mas tendo destaque as denúncias políticas. A diretora-presidente é Hilda Marques Bogéa⁹.

Em matéria publicada no dia 31 de março de 1964, o jornal pequeno traz, na íntegra, a opinião do então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola sobre o comício da Central do Brasil. Era estabelecida, portanto, uma alternativa para opiniões de repúdio ao golpe e em favor de Jango, ressaltando suas ações "democráticas", expressadas na capacidade de estabelecer um diálogo com o povo, e em especial com as classes trabalhadoras.

O jornal, durante o período do golpe empresarial-militar, abre bastante espaço para matérias e editoriais relacionados aos movimento de trabalhadores e das classes subalternas das forças armadas, assim como daqueles que promoveriam e defenderiam uma resistência em favor de Jango.

"Agoniza o regime da liberdade no Brasil": O movimento político-militar de 1º de abril é classificado como um golpe da direita e dos seus interesses. Junto dos representantes das armadas, Magalhães Pinto é apresentando como um dos mentores do golpe ao lado do governador da Guanabara Carlos Lacerda.

O outro jornal de postura crítica ao golpe civil-militar de 1964 foi o *Jornal do Povo*. Primeiro, sob a direção de José Neiva de Sousa e, algum tempo depois, passou a ser

⁸ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007

⁹ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 160-161.

comandado por Neiva Moreira. Esse jornal fazia oposição ao senador Vitorino Freire¹⁰ e seu grupo. Denunciava o vitorinismo como sendo um regime oligárquico que exercia um total controle da máquina do Estado, praticava o voto de cabresto, o autoritarismo e a corrupção desenfreada. A folha também se destacava pela defesa intransigente de uma linha nacionalista para a economia do país, ao mesmo tempo em que lançava ácidas críticas ao comunismo. Logo após o golpe de 1964 sai de circulação¹¹.

O *Jornal do Povo* traz na capa do dia 31 de março o título: "UNIÃO DOS SOLDADOS AO POVO para barrar reacionários", dando grande destaque a reunião dos sargentos no automóvel club em São Paulo. o jornal ainda destacou que o discurso de João Goulart no evento fazia denuncia à conspiração do IBAD e dos setores econômicos contrários as reformas defendidas pela então presidente.

Em todos os cantos da cidade onde o problema está em evidencia existe um repulsa geral contra os golpistas nacionais que tentaram se apoderar do país e colocar as Forças Armadas contra os trabalhadores. (Jornal do Povo, p.04, 3 de Abril de 1964)

Em outra matéria intitulada "Reforma ou constituinte", o jornal faz boas referências em relação a caminhada do país no rumo da justiça social. Nela ainda se fala de uma "Revolução anti-imperialista e anti-feudal", e aqueles que são contrários, que procurem buscar as vias pacíficas.

Em texto do mesmo dia por título "O que fazer", o então diretor responsável do Jornal Pequeno, Neiva Moreira, versa sobre o clima de euforia vivido no país após a divulgação das propostas reformistas de João Goulart. O texto fala de um sentimento de "agora sim" do povo brasileiro perante as ações populares de Jango. Em outra matéria, ainda é falado das campanhas de terrorismo ideológico contra Jango.

Logo após o golpe, em manifesto divulgado pelo jornal do povo no dia 3 de abril, é ressaltada a ação badernista dos "gorilas" no país, em contraposição as reformas propostas pelo presidente deposto João Goulart.

¹⁰ Um dos grandes oligarcas do Maranhão, anterior a José Sarney.

¹¹ SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.**--- São Luís: edições SECMA, 2007, p. 166-167.

6. Considerações Finais

A discussão sobre o golpe de 1964 transcende as discussões relativas ao caráter personalista ou aquele baseado nas grandes estruturas. É importante também apontarmos as diferenças de pensamento enquanto a essência do golpe, daqueles que o elaboraram e de quem assumiu os cargos de poder após a saída de João Goulart da presidência do Brasil.

Sendo assim, compreendemos que os estudos históricos sobre o período da ditadura empresarial-militar no Brasil e a ressonância desses fatos em locais do país ainda pouco pesquisados e pensados sobre o olhar da História, revelam a extrema importância de problematizar o papel dos jornais maranhenses no momento golpe e durante os anos de ditadura..

Logo, foi possível perceber que o posicionamento institucional da grande imprensa maranhense foi em favor do projeto político ideológico hegemônico que estava sendo instaurado com a derrubada de João Goulart e os anos de ditadura que se seguiram. No entanto, também é perceptível uma postura contra hegemônica de parte dos meios de comunicação em relação a ofensiva autoritária de Abril de 1964, a partir da adoção de uma postura crítica em relação aos golpistas, além de clamar a união do povo contra o autoritarismo.

7. Referências

Fonte Primária (Jornais)

Correio do nordeste (Exemplares de Março e Abril de 1964) Documentos acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís-MA.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e seu papel na queda de João Goulart**. CPDOC, 2006.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci**. Revista ComPolítica, n.1, vol. 1, ed.março-abril, ano 2011.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **O Partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 12

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**/ coordenação Marieta de Moraes Ferreira.- Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELO, D. B. . **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ªedição, 1984.

MORAES, Denis de. **A comunicação na batalha das ideias**. ACESSA.com Gramsci e o Brasil. revista eletrônica. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2010.